

Universidade de São Paulo
Instituto de Relações Internacionais
1º Semestre de 2020

Disciplina: Negociação Internacional e Solução de Controvérsias (DIN 0430)

Turma: Noturno

Professor: Dr. Arthur Giannattasio

Texto do Caso Ubira¹

Arthur Roberto Capella Giannattasio

Paula Monteiro Danese

Flávio de Leão Bastos Pereira

1. Apresentação Geral: O Estado de Ubira

O Estado de Ubira possui 125.033 km² e atualmente tem uma população de 13 milhões de habitantes. Localizado na América Latina, Ubira mantém fronteiras com Yancy ao Norte e possui ainda acesso ao mar em sua costa leste. A capital de Ubira, Acir, contém 7 milhões de habitantes e se localiza na região litorânea do país, se destacando internacionalmente como principal porto de Ubira na exportação de minérios. Atualmente o país está dividido administrativamente em 5 estados: Anahí, Jaci, Jaira, Aiyra e Aruana. A avaliação do último índice de gini e IDH atribuiu os respectivos valores: 0,698 e 0,43. Ubira foi uma colônia até 1973, quando proclamou sua independência desde 1973.

O país se organizou como Estado Democrático de Direito², com eleições diretas para os Poderes Executivo e Legislativo. Atualmente é governado há dois anos por Piero Cortéz. Ubira assinou e ratificou todos os tratados de direito internacional de direitos humanos do SIDH, ONU, OIT, Estatuto de Roma de 1998 e os princípios de Yogiakarta, as Convenções de Genebra sobre Direito Internacional humanitário, sem reservas. Ademais, desde a independência, os três Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) aplicam o entendimento da teoria monista na relação entre o direito nacional e internacional.

2. Breve Histórico de Ubira

Durante o período colonial, o sistema econômico do país se estruturou em torno do uso de

¹ Adaptado do texto originalmente aplicado em 2018 para o MackMoot II, realizado no interior da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie - *campus* Higienópolis.

² O sistema jurídico interno é muito semelhante ao Estado Brasileiro.

mão-de-obra escrava africana e indígena. Ubira manteve essa prática por 150 anos, até a abolição da escravidão em janeiro de 1888. Nesta data, o Estado era dividido etnicamente da seguinte forma: (i) 42% população indígena, (ii) 33% afrodescendentes, e (iii) 25% brancos.

A economia do país era baseada na exportação de commodities, setor primário. Esse período colonial foi caracterizado por altos índices de desenvolvimento, como por exemplo, instalação empresas, ferrovias etc. Por outro lado, o crescimento econômico não foi sentido em todas as camadas sociais, tendo alta concentração de renda e fundiária.

O interesse da metrópole por Ubira era, essencialmente, a exploração de sua costa. Todo o seu mar territorial, à época estabelecido em 350 milhas náuticas, era (e ainda é) rica em nódulos polimetálicos, os quais estão em sua maioria concentrados na costa das províncias de Aiyra e Aruana. A Companhia das Índias Ocidentais detinha o monopólio na extração e no transporte desse material nesse período.

Durante um processo emancipação, marcado por intensas guerras coloniais, a população negra e indígena diminuiu e **hoje o país é dividido em 52% brancos, 18% indígenas e 30% afrodescendentes**, bem como em razão das condições de trabalho desempenhado pelo regime escravocrata.

A revolução para a emancipação foi liderada por Juana Vaz, filha de ex-escravos indígenas e negros, pertencente ao grupo OLU (Organização para Liberação de Ubira), que se desfez com sua morte, ocorrida logo após ter sido eleita na independência. As condições da sua morte ainda são desconhecidas e controversas e a Comissão da Verdade do atual governo não encontrou evidências adicionais. O poder foi, então, assumido por seu vice, Moacyr Yure, que governou regularmente até o final.

Os movimentos emancipatórios adquiriram *status* internacional de beligerância, o qual foi reconhecido por toda a comunidade internacional. Uma das consequências do conflito consistiu na ampliação da fronteira de Ubira, em virtude da ocupação ilegal de parte do território do Estado Yancy, o que privou este Estado do acesso ao mar e da possibilidade de explorar suas reservas de nódulos polimetálicos. Apesar de até hoje haver ressentimento entre as populações, os Estados mantêm boas relações, principalmente após a assinatura de um tratado bilateral, em 1990, que reconheceu a cessão de território de Yancy para Ubira.

Durante o período colonial, o poder político de Ubira era exercido por juntas administrativas compostas por membros das famílias tradicionais, as quais possuíam grandes propriedades de terra e eram responsáveis por substancial parte do financiamento das atividades da Companhia das Índias Ocidentais. Os membros das juntas administrativas foram até a independência eleitos

indiretamente. Porém, de acordo com estudos acadêmicos nacionais e estrangeiros atuais, a mesma elite política permanece nos principais cargos de Poder. Ao final da emancipação política, a Companhia das Índias foi estatizada e hoje se chama Companhia dos Mares de Ubira. Foi criada também a Empresa Estatal Ubirexpo, a qual possui exploração exclusiva da ZEE.

3. A Ubira de Piero Cortéz

3.1 Conflitos em Ubira

Nos últimos 8 anos, tem sido relatado a atuação de piratas nas costas de Ubira, com foco nos navios de extração dos novos nódulos polimetálicos. Existem relatos de que estaria vinculado ao grupo paramilitar que continuou com os ideais de OLU sob o nome de FARU (Forças Armadas Revolucionárias de Ubira). Segundo informações oficiais do Estado, sua líder, Iara Nina, casada com Tauane Potira, utilizava dos minerais roubados para vender à multinacional Opira, que tem sua sede localizada em Yancy, para levantar fundos para a atividade da entidade.

A FARU atua nas províncias de Aiyra e Aruana, composta majoritariamente pela população indígena e negra e tem como ideais: (i) tomar o poder de Ubira para aumentar a representatividade regional, ou (ii) separar as duas províncias de Ubira e tornar-se um Estado independente – Províncias Unidas de Ubira.

Para atingir o seu ideal, a FARU tem um canal no Youtube, página no facebook e jornal próprio. Recentemente, divulgou notícia assumindo sequestro de 3 deputados. No vídeo os 3 deputados aparecem com ferimentos na face e nos braços, pedindo que o governo libere verba para a organização e aumente o repasse da exploração dos minerais para a região das duas províncias. Após isso, o canal do youtube foi bloqueado por ordem judicial e a página do facebook foi desativada a pedido do presidente.

O serviço de inteligência de Ubira confirmou a veracidade do vídeo e que os ferimentos eram recentes e causados por cordas e chicotes. Também identificou por escuta telefônica que a Líder planeja realizar, em breve, o sequestro do atual presidente, seguido de atentado terrorista no Parlamento para chamar atenção aos ideais da FARU.

A sensação de insegurança toma a população de Ubira que vai às ruas exigir medidas mais eficazes por parte do governo no combate à FARU. Diariamente são registradas passeatas em todo o país, as quais exigem a restrição de direitos para identificar e punir os membros da FARU. Por outro lado, grande parte da população defende parte da ação da FARU e se encontra periodicamente nas

principais vias das cidades de Ubira para manifestar seu posicionamento pró-FARU.

No dia 20 de março de 2019, durante uma das manifestações o grupo pró-governo agride uma pessoa pró-FARU com uma faca, a qual é prontamente socorrida por policiais. Após tal fato, os membros da FARU, disfarçados na manifestação, começam um ataque generalizado com violência e de forma não letal. Todos são dispersados pela polícia, que utilizou bombas de efeito moral e balas de borracha. Foram identificados feridos em ambos os lados.

O clima de instabilidade social aumenta principalmente após a confirmação da morte do manifestante pró-FARU, ferido durante a manifestação. O serviço de inteligência divulga um vídeo gravado pela FARU de reprovação do incidente e dizendo que consequências graves serão sentidas em toda a sociedade. Três dias depois da manifestação do dia 20, foi encontrado o corpo de um dos deputados no rio da capital de Ubira.

No dia 24 de março de 2019, um grupo paramilitar até então desconhecido, ataca uma das principais instalações da FARU em Aruana durante a madrugada, resultando em um alto número de mortos e desaparecidos. A esposa da Líder, Tauane Potira, foi identificada entre os corpos. Uma testemunha dos fatos revelou para a Gazeta de Ubira que ouviu dos paramilitares que o Exército de Ubira havia fornecido armas para a realização do ataque à FARU – informação que Piero Cortez abertamente negou no dia seguinte.

Em menos de seis horas após o ataque, o Parlamento de Ubira foi bombardeado e destruído completamente. O bombardeio não produziu vítimas letais, pois o ataque ao Parlamento ocorreu antes do início do expediente oficial. Um vídeo da Líder foi imediatamente divulgado, por meio da qual ela assume a autoria do ato. O Serviço de Inteligência de Ubira está no momento analisando a veracidade do vídeo. Desencadeia-se nos próximos dias um confronto entre grupos pró e contra FARU, sendo a população pró-FARU armada por esta organização e, a população contra FARU armada pelos paramilitares.

3.2 Mudanças Institucionais em Ubira

Nesse contexto de conflitos, o grupo paramilitar responsável pelos ataques à FARU marcha, em conjunto com o exército de Ubira, em direção ao Palácio do Governo de Ubira no dia 26 de março de 2019. A comitiva é acompanhada por manifestantes contrários à FARU, correspondendo a 65% da população da população total da capital do país. Apoiado por diferentes segmentos étnicos e sociais de Ubira, Victorio Sálvio, líder do grupo paramilitar, foi proclamado defensor interino de

Ubira. O presidente Cortéz foi provisoriamente destituído do Poder, com a promessa de retomar seu mandato após o restabelecimento da estabilidade política, econômica e social do país. Yancy concede a Cortéz asilo político, o qual aceita a proposta e se dirige ao país vizinho em meados de abril.

Atendendo a demandas populares, Victorio Sálvio, restabelece provisoriamente o parlamento em abril e convoca novas eleições para o final do mês. Em maio de 2019 o novo parlamento é eleito diretamente, o qual é composto majoritariamente por congressistas favoráveis ao governo de Sálvio. A primeira medida do Congresso foi a incorporação oficial do grupo paramilitar ao Exército de Ubira, decisão que foi amplamente acolhida pela população do país.

4. A Ubira de Victorio Sálvio

Em vídeo divulgado em redes sociais, a FARU denuncia que os apoiadores do governo de Sálvio que assumiram o poder legislativo, são ou já foram vinculadas à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração da Companhia dos Mares de Ubira e também da Ubirexpo. Sálvio e as empresas negam qualquer envolvimento direto nos resultados das eleições. Após investigação realizada pelo Ministério Público de Ubira e pela Polícia da República, o *Parquet* reconheceu não ter havido qualquer interferência de Sálvio no processo eleitoral e, por isso, decidiu por não proceder com nenhuma investigação.

O parlamento, após reunião com o defensor interino de Ubira, promulga uma lei que altera a legislação trabalhista e de segurança pública, a qual permite ao Exército a convocar compulsoriamente nacionais de Ubira que estão desempregados, para trabalhar na extração de nódulos polimetálicos. A justificativa para tal medida é a necessidade de crescimento econômico após a instabilidade social e político do final do governo de Cortéz, bem como a promoção do pleno emprego.

O Exército inicia a convocação compulsória nas províncias de Aiyra e Aruana, sob a justificativa de que elas estão mais próximas dos principais centros de extração dos nódulos polimetálicos. O regime de trabalho consiste na coleta manual dos nódulos por meio da submersão conjunta de dois mergulhadores que dividem o mesmo cilindro de oxigênio, com intervalos de 15 minutos a cada extração, não ultrapassando seis horas diárias. Os trabalhadores são remunerados regularmente (mínimo - salário mínimo), porém a renda varia de acordo com a quantidade de mineral extraído diariamente. Segundo a legislação aprovada pelo Legislativo, o cidadão que

trabalhar na extração de nódulos polimetálicos será liberado deste trabalho após a contribuição de dois anos de serviço ininterruptos.

Em fevereiro de 2020, a FARU invade o site oficial do governo de Ubira. Em nota, Iara Nina reprova as ações tomadas pelo atual governo nos últimos meses. Ao lado dessa nota, FARU divulga a continuidade dos ataques de piratas à costa de Ubira, mesmo após o novo governo. A invasão do site foi feita principalmente para relatar o perfil social de alguns dos trabalhadores submetidos a esse trabalho compulsório que foram resgatados pelos piratas: em sua maioria, (i) população indígena e negra, especialmente vinculadas à FARU, e (ii) população associada a minorias sexuais e de gênero. FARU ainda relatou que os comandos para que tal população fosse levada ao trabalho compulsório tiveram origem em ordens diretas de Victorio Sálvio.

As denúncias no site do governo foram retiradas no dia seguinte, mas tais informações foram copiadas por cidadãos de Ubira e encaminhadas ao Poder Judiciário pela Ordem de Advogados de Ubira. Até o presente não houve medidas concretas de investigação dos envolvidos.

Preocupada com a situação, a Organização das Nações Unidas, por meio de seu Conselho de Direitos Humanos convoca para o dia 19.3.2020 uma reunião para debater o relatório de Direitos Humanos do país.

Fim da narrativa do Caso Ubira